



VIDA NA EXISTÊNCIA: A UNIDADE DOS MODOS DE SER COMPOSICIONAL E CONSTITUCIONAL *

Life in existence: the unity of compositional and constitutional ways of being

Róbson Ramos dos Reis **

Resumo: No presente artigo, examino o problema da unidade de modos de ser no marco do pluralismo ontológico hermenêutico. Tomando como referência o pluralismo ontológico formulado por Heidegger no projeto da ontologia fundamental, analiso a relação de dependência entre o modo de ser da existência e o modo de ser da vida orgânica. A partir da distinção entre composição e constituição, sustento a tese de que, no ser humano, a existência perfaz o modo de ser constitucional, sendo a vida orgânica o modo composicional. O modo de ser da vida é apresentado como fundante do modo de ser da existência. A relação de fundação é analisada como uma dependência existencial genérica e permanente, mas não como uma relação de dependência essencial. Além disso, examino a dependência epistêmica da vida em relação ao modo de ser da existência. Num sentido não trivial, a dependência epistêmica compromete-se com uma posição robusta, segundo a qual o acesso à vida dos organismos é dependente do acesso à vida que compõe a existência humana. Concluo com o esboço de um programa de tematização dos fenômenos disruptivos em que a vida se torna perspicua na existência.

Palavras-chave: Heidegger. Pluralismo ontológico. Composição. Constituição. Vida. Existência.

Abstract: In this paper, I examine the problem of the unity of ways of being within the framework of hermeneutic ontological pluralism. Considering the ontological pluralism formulated by Heidegger in the project of fundamental ontology, I analyse the dependence relation between the way of being of existence and the way of being of organic life. Based on the distinction between composition and constitution, I suggest that in the human being existence makes

* Artigo recebido em 10/02/2020 e aprovado para publicação em 22/05/2020.

** Doutor, Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria.

up the constitutional way of being, while organic life is the compositional one. The way of being of life is presented hereby as a quite specific foundation of the way of being of existence. The grounding relationship is elucidated as a generic and permanent existential dependency, but not as an essential dependency relationship. In addition, I examine the epistemic dependence of life on the way of being of existence. In a non-trivial sense, epistemic dependence is committed to a robust position, according to which access to life of organisms is dependent on access to life that makes up human existence. I conclude with the outline of a program for addressing the disruptive phenomena in which life becomes perspicuous in human existence.

Keywords: Heidegger. Ontological Pluralism. Composition. Constitution. Life. Existence.

Introdução

De acordo com a interpretação oferecida em *Ser e Tempo*, os utensílios das ocupações cotidianas possuem um modo de ser próprio, que é uma determinação ontológica-categorial, e não apenas uma maneira de apreensão.¹ A disponibilidade (*Zuhandenheit*) não consiste, portanto, em um acréscimo interpretativo adicionado a um substrato ontológico dotado de outro modo de ser como, por exemplo, o das coisas subsistentes (*Vorhandenheit*). Entretanto, Heidegger também sustentou que os entes de uso somente existem com base nos entes subsistentes, formulando o problema de se o modo de ser da disponibilidade não seria ontologicamente fundado no modo da subsistência.²

O problema da dependência entre esses modos de ser foi elucidado por David Cerbone, com o auxílio das noções de composição e constituição.³ Segundo sua análise, os entes de utilização corriqueira são compostos por elementos materiais subsistentes, físico-químicos, mas não são idênticos a tais componentes. A constituição ou condição de identidade dos utensílios não é formada pelos componentes materiais dos utensílios, mas por uma rede de remissões (aos materiais componentes, a outros utensílios, ao usuário médio e às metas teleológicas).

Uma consequência natural dessa concepção é a restrição do fisicalismo, entendido como a tese de que a constituição ontológica de um utensílio seria dada pelo modo de ser dos elementos resultantes da decomposição em partes mais simples. Uma importante questão adicional refere-se à

¹ HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986. p. 71.

² *Ibidem*.

³ CERBONE, David. Composition and Constitution. Heidegger's Hammer. *Philosophical Topics*, Fayetteville, 27(2), p. 309-329, 1999.

possibilidade de que um utensílio não seja numericamente idêntico às suas partes físico-químicas componentes. Kris MacDaniel advogou a favor de uma tese dual de que subsistência e disponibilidade são dois modos de ser possuídos por dois conjuntos disjuntos de entes.⁴ Além disso, no marco da análise ontológica de *Ser e Tempo*, há uma complexa relação de dependência entre os modos de ser da subsistência e da disponibilidade. A subsistência é epistemicamente dependente da disponibilidade, mas esta última não é metafisicamente dependente da primeira. Por certo, sem componentes físico-químicos, não haveria utensílios, mas a constituição ontológica destes últimos não é suficientemente determinada por propriedades físico-químicas.

No presente artigo, examinarei um problema da relação entre vida e existência nos entes humanos. Tendo em vista a analítica existencial de *Ser e Tempo* e a ontologia da vida orgânica dos *Conceitos Fundamentais da Metafísica*, sustentarei a tese de que os indivíduos humanos têm como constituição o modo de ser da existência, a despeito de seus elementos componentes possuírem o modo de ser da vida. Também examinarei a dependência que subsiste entre a existência, como modo constituinte, e a vida, entendida como modo componente. Minha hipótese é a de que o modo de ser da existência apresenta uma dependência existencial (no sentido usual do termo), mas não essencial em relação ao modo de ser da vida. Além disso, também examinarei a dependência epistêmica da vida em relação à existência. Fixarei a seguir as noções de constituição e composição, para reunir indicações textuais de que Heidegger concebeu os fatos composicionais na existência humana como dotados do modo de ser da vida.

Composição e constituição

As noções de composição e constituição designam dois tipos de relações: *ser composto de* e *ser constituído por*. A composição refere-se à relação de ser parte de. Com a sucessiva decomposição, chega-se aos elementos que são as partes de um objeto. A constituição, por outro lado, não é idêntica à composição. A constituição integra as condições de identidade de um objeto, o seu sentido.⁵ Nesse caso, a constituição de um objeto é formada por condições de determinação e de individuação. Desse modo, é preciso distinguir:

1) X é composto por Y, em que Y designa o catálogo de fatos composicionais ou a soma e fusão mereológica de partes composicionais de X.

⁴ McDANIEL, Kris. Heidegger's Metaphysics of Material Beings. *Philosophy and Phenomenological Research*, Nova Jersey, 86(1), p. 332-357, 2013.

⁵ CERBONE, *op. cit.*, p. 310-311.

2) X é constituído por Z, em que Z reúne as condições de identidade ou a maneira de um objeto ser individuado e determinado por características.

A constituição de um ente está dada por seu modo de ser. Dado que os fatos composicionais de um ente também possuem condições de identidade, abre-se o espaço para que um determinado ente seja constituído por um certo modo de ser, e, ao mesmo tempo, suas partes composicionais desfrutem de outro modo de ser. É recomendável distinguir, portanto, o modo de ser composicional (a constituição ontológica dos elementos componentes de um ente) e o modo de ser constitucional (a constituição ontológica do mesmo ente). Uma colher para bebês, por exemplo, está composta por cabo e concha, que podem ser decompostos em pedaços de plástico, metal ou madeira, os quais, por sua vez, podem ainda ser sucessivamente decompostos em fragmentos de moléculas e partículas. Tais fatos composicionais são dotados de um certo modo de ser por exemplo da pura subsistência. A constituição da colher, contudo, está especificada com a posição relativa numa rede de relações de remissão: aos componentes, ao usuário médio (a mão do bebê e dos cuidadores), à coleção de outros utensílios da alimentação infantil (pratos, cadeirinhas, babadores etc.) e à meta teleológica da alimentação e do cuidado parental.

Nesse ponto, surge o problema ontológico de se os fatos composicionais de uma colher e a colher são numericamente idênticos, perfazendo um único domínio, ou se há razões para sustentar que se trata de dois domínios de entes. Uma razão plausível para sustentar a tese dos dois domínios resulta do reconhecimento da incompatibilidade das maneiras de determinação em modos de ser diferentes. Na suposição de que a Lei de Leibniz seja aceita, segue-se que um ente disponível (a colher do bebê) não pode ser numericamente idêntico a um ente subsistente (os fatos composicionais da colher).⁶ Esse é um dos grupos de problemas básicos que resulta da adoção do pluralismo ontológico. Trata-se de um mesmo ente que é compreendido como dotado de dois modos de ser ou, ao contrário, há uma diferença numérica entre domínios de entes?

Fatos composicionais na existência

A analítica existencial apresentada em *Ser e Tempo* expõe a tematização das condições de identidade dos entes humanos. Ela é a elaboração conceitual do modo de ser da existência. Em termos esquemáticos, a existência é

⁶ McDaniel, *op. cit.*, apresentou esta linha argumentativa acrescida de dois argumentos adicionais, fenomenológico e hermenêutico, conjecturando, além disso, que a validade da Lei de Leibniz pode ser restringida no pluralismo ontológico.

constituída por uma determinação projetiva e uma individuação histórica. Entes humanos ganham determinação a partir da projeção em possibilidades herdadas em situações fácticas não escolhidas. A individuação existencial, por sua vez, consiste na dinâmica de formação de uma constância própria, resultante de uma dinâmica de colapso da identidade projetiva e retomada de possibilidades herdadas de uma comunidade. A constituição existencial é caracterizada, em suma, por uma relacionalidade estrutural a contextos intencionais e normativos. Tal relacionalidade complexa é condicionada, em última instância, por uma abertura compreensiva e temporal às condições de constituição dos entes presentes em tais contextos intencionais. O ser-aí (*Dasein*) na existência constitui os humanos como entes situados em nichos da verdade.⁷

Heidegger sustentou que os humanos, constituídos com o modo de ser da existência, podem ser concebidos dentro de certos limites e com certo direito como entes subsistentes (*Vorhandenes*).⁸ É correto conceber os humanos a partir do modo de ser da subsistência (*Vorhandenheit*), desde que observados certos limites. Minha sugestão é a de que esses limites estão traçados com a distinção entre os modos composicional e constitucional de ser. As determinações fatuais na existência, relativas à subsistência, são pertinentes à dimensão composicional. Desse modo, é correto conceber os existentes humanos como determinados por um conjunto de fatos, desde que essa determinação não seja entendida como própria da constituição, mas sim da composição.

Assim sendo, é legítimo investigar os fatos composicionais em entes cujo modo de ser constitucional é a existência. Contudo, a identificação dessa fatualidade, que precisa ser diferenciada da facticidade propriamente existencial, demanda a adequada preparação da base fenomênica. Do mesmo modo que a cotidianidade mediana foi a base de onde partiu a analítica do modo de ser da existência, também a identificação dos fatos composicionais e a determinação do seu modo de ser precisam observar essa cláusula metodológica.

Heidegger sustentou que, na ocupação cotidiana com utensílios, a natureza está descoberta em certa direção. As intempéries estão tomadas em consideração nas estações de transporte público cobertas; a iluminação pública está referida à posição do sol e à ausência de luminosidade; e o peso e a luminosidade estão considerados no uso do martelo.⁹ Entretanto, além da remissão à natureza, também nas obras e nos utensílios está presente a relação aos respectivos usuários e portadores. A intempérie é relativa à capacidade de percepção tátil e desconforto térmico; a mudança na

⁷ ENGELLAND, Chad. Heidegger and the Human Difference. *Journal of the American Philosophical Association*, Cambridge, 1(1), p. 175-193, 2015.

⁸ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 55.

⁹ *Ibidem*, p. 71, 154, 157, 360, 361 e 412.

luminosidade, à capacidade de percepção visual; o manuseio do martelo pesado, à percepção visual e háptica, ao tônus muscular e à motricidade.

Também as edificações são construídas com base na consideração da mudança da luminosidade. As edificações em que se mora têm a organização dos espaços e a arrumação do mobiliário estabelecidas em função da orientação solar. As casas são relativas a moradores com capacidades perceptivas e motoras, com necessidades de alimentação, digestão, descanso e sono. As edificações em que não se mora propriamente – túmulos e igrejas, por exemplo – também evidenciam uma disposição segundo o nascer e o pôr do Sol.¹⁰ Tais disposições são relativas às capacidades perceptivas e motoras dos frequentadores de tais edificações que, além disso, estão situadas em regiões (*Gegenden*).

Heidegger designa a localização de igrejas e túmulos como “regiões da vida e da morte”.¹¹ Tais edificações são relativas, assim como as casas, a entes que nascem, se desenvolvem e morrem. O impacto universal da morte nos indivíduos e grupos humanos tem sido reconhecido na diversidade das práticas nas culturas mortuárias.¹² Tal impacto é relativo à transformação que acontece com o encerramento da existência e a conversão em cadáver. Essa mudança foi interpretada por Heidegger não apenas em relação aos elementos empíricos, mas tendo em vista o seu significado propriamente ontológico. Trata-se de uma mudança suscetível de ser experimentada; ela é acessível no acontecimento do morrer de outro ser humano. Nesse evento, ocorre uma mudança na existência, com a incapacitação dos elementos componentes dos entes dotados do modo de ser do ser-aí, que é também uma mudança no modo de ser da vida. O finado não é uma coisa material sem vida, mas um não vivente que deixou a vida e o mundo.¹³ Tal interpretação indica que a transformação em cadáver consiste na perda da vida por parte de um ente dotado do modo de ser da existência. A morte, de acordo com a analítica existencial, não é apenas existencial, mas um fenômeno da vida. Desse modo, também os existentes humanos, constituídos como ser-aí, possuem uma morte fisiológica.¹⁴

Segundo Heidegger, as ocupações cotidianas acontecem em contextos agenciais normativos, nos quais estão presentes os comportamentos intencionais. Na existência cotidiana e mediana, manifesta-se, além disso, uma dinâmica de sintonias afetivas. Isso significa que tais contextos não são acessíveis com indiferença, mas estão primariamente abertos por fenômenos afetivos

¹⁰ *Ibidem*, p. 103-104.

¹¹ *Ibidem*, p. 104.

¹² HUNTINGTON, Richard; METCALF, Peter. *Celebrations of Death: The Anthropology of Mortuary Ritual*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

¹³ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 238. Ver também: RUIN, Hans. *Being with the Dead. Burial, Ancestral Politics, and the Roots of Historical Consciousness*. Stanford: Stanford University Press, 2018.

¹⁴ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 246-247.

especiais. As sintonias ou os sentimentos existenciais atuam como condições pré-intencionais que descerram os âmbitos de possibilidades das projeções existenciais.¹⁵ Tais possibilidades não são apreendidas com indiferença, mas vêm carregadas com diferenças de importância e significatividade.

De acordo com a analítica da existência, a angústia é uma maneira fundamental de encontrar-se (*Grundbefindlichkeit*).¹⁶ Apesar de ser um fenômeno pouco frequente, a angústia determina de modo latente o existir em contextos intencionais.¹⁷ Trata-se de um fenômeno afetivo pervasivo, apesar de não se manifestar frequentemente com suas qualidades fenomênicas e hedônicas específicas. A angústia, adormecida na cotidianidade, pode ser despertada em qualquer momento.¹⁸ Ela pode irromper em situações anódinas e inofensivas,¹⁹ não sendo necessário para isso nenhum acontecimento extraordinário.²⁰ Heidegger também afirmou que, acrescida à pervasividade latente e à independência de eventos especiais, há um condicionamento fisiológico da angústia. Se não fossem os seres humanos dotados de uma fisiologia, em muitas ocasiões a angústia não se apresentaria de modo conspícuo. Não obstante, ele também declarou que o disparo fisiológico da angústia é, por sua vez, condicionado existencialmente.²¹ A despeito da codeterminação existencial, a etiologia fisiológica da angústia implica que em algum sentido a vida orgânica está relacionada com os entes que têm o modo de ser da existência.²²

Essa revisão de passagens da analítica existencial, apesar de sumária e esquemática, é suficiente para indicar alguns fatos e eventos composicionais da existência. A capacidade de percepção visual e háptica, a capacidade de propriocepção hedônica e a fisiologia responsável pelo disparo da angústia e pelo desenvolvimento que conduz da infância à velhice e à transformação em cadáver são fatos e eventos biológicos. A biologia da existência representa, portanto, a fatualidade que, em certos limites, é adequadamente identificada nos entes que são ser-aí.²³

¹⁵ *Ibidem*, p. 181-183.

¹⁶ *Ibidem*, p. 182, 184, 188-190, 251, 266 e 276.

¹⁷ *Ibidem*, p. 189-190.

¹⁸ HEIDEGGER, Martin. *Was ist Metaphysik*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1965. p. 37-38. Sobre o sono na analítica existencial, ver: ANTON, Corey. *Dreamless Sleep and the Whole of Human Life: An Ontological Exposition*. *Human Studies*, Dordrecht, 29, p. 181-202, 2006. Ver também: LEVY, Patrick. *Phenomenology and Sleep*. Tese (doutorado em Filosofia). University of Sussex, Brighton, Reino Unido, 2016. Disponível em: <<http://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/65659>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

¹⁹ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 189.

²⁰ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1965. p. 37-38.

²¹ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 190.

²² FRANCK, Didier. *Being and the Living*. In: CADAVA, Eduardo; CONNOR, Peter; NANCY, Jean-Luc (eds.). *Who Comes After the Subject?* New York: Routledge, 1991. p. 144-146.

²³ BLATTNER, William. *Heidegger's Temporal Idealism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 36.

Vida como modo composicional da existência

No início da delimitação da análise existencial em relação a outras interpretações da morte, lê-se que:

A morte, no sentido mais amplo, é um fenômeno da vida. Vida deve ser compreendida como um modo de ser ao qual pertence um ser-no-mundo. Este modo de ser somente pode ser fixado ontologicamente em orientação privativa no ser-aí. Também o ser-aí se deixa considerar como pura vida (*pures Leben*).²⁴

Sem abordar agora o problema da dependência epistêmica da vida em relação à existência, é importante analisar as condições sob as quais os entes caracterizados como ser-aí (dotados do modo de ser da existência) admitem ser adequadamente considerados como vida. Em primeiro lugar, note-se que, exclusivamente nessa passagem, o adjetivo “pura” é empregado como qualificativo de “vida”.²⁵ “Pura vida” pode ser entendida a partir da consideração da vida como um modo geral capaz de especificar-se em modos específicos, como a vida de plantas e de animais, por exemplo.²⁶ A “pura vida” seria o gênero comum às especificações da vida vegetal e animal, restando, todavia, a definição do tipo de generalidade que é própria ao modo de ser da vida. Outra direção, que orienta-se pela tese da acessibilidade da vida apenas a partir do ser-aí, analisa “pura vida” por contraste com a vida como fenômeno intermediário, ou seja, a vida codeterminada existencialmente.²⁷ Nessa hipótese, os entes que são ser-aí podem ser considerados como pura vida e não apenas como vida enquanto fenômeno intermediário. As duas direções de análise são compatíveis, sendo que a segunda não implica o entendimento de “pura vida” como um gênero de vida animal e vida vegetal.

Em segundo lugar, “vida” não designa uma categoria de entes, mas um modo de ser. Modos de ser, por sua vez, consistem em maneiras de existir que são peculiares a entes com uma determinação específica:

Natureza é em diferentes maneiras: espaço e número, vida, o próprio ser-aí humano. Há uma multiplicidade de *modi existendi* e cada um destes é um modo pertencente a um ente com um conteúdo (*Sachhaltigkeit*) específico, uma quididade (*Wasseins*) determinada.²⁸

²⁴ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 246.

²⁵ Ao contrário, “*pure Vorhandenheit*” é empregada em diversas passagens da analítica existencial.

²⁶ Sobre a vida vegetal como uma modificação do modo de ser da vida, ver: MOYLE, Tristan. Heidegger’s Philosophical Botany. *Continental Philosophy Review*, Dordrecht, 50(3), p. 377-394, 2017.

²⁷ REIS, Róbson. Intermediate Phenomena. In: GIUBILATO, Giovanni Jan. *Vitality of Phenomenology. Tradition and Renewal*. Nordhausen: Traugott Bautz GmbH, 2018. p. 135-147.

²⁸ HEIDEGGER, Martin. *Metaphysische Anfangsgründe der Logik*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1978. p. 191-192.

Vida, portanto, é a denominação para um modo de existir e um modo de determinação. Mais especificamente, é o modo de ser de animais e plantas.²⁹ Contudo, Heidegger sustenta que os entes que são ser-aí também podem ser considerados como dotados do modo de ser da vida. O problema é exatamente sob qual condição essa consideração não implica em inconsistência, dado que entes caracterizados como ser-aí possuem o modo de ser da existência. Nesse ponto, intervém uma cláusula central: que vida designa um modo de ser próprio e peculiar.

Vida é um modo peculiar de ser (*eine eigene Seinsart*), mas essencialmente só acessível no ser-aí. A ontologia da vida se efetua pelo caminho de uma interpretação privativa; ela determina o que deve ser para que possa haver algo assim como um tão-somente-viver. Vida não é um puro ser-subsistente (*Vorhandensein*), nem também ser-aí. O ser-aí, por sua parte, nunca pode ser ontologicamente determinado, tomando-o como vida (ontologicamente indeterminada) e ainda, além disso, como algo distinto.³⁰

Desconsiderando novamente o tema da dependência epistêmica da vida em relação à existência (e a interpretação privativa como operação básica na epistemologia da ontologia da vida), é pertinente destacar que a peculiaridade do modo de ser da vida é indicada a partir da independência em relação a outros dois modos de ser: subsistência e ser-aí, ou seja, existência. Vida é um modo de ser autônomo, que não pode ser analisado ou derivado de outros modos de ser.

Se não fosse assim, então se poderia conceber vida como um modo de ser específico em relação a um modo geral. Por exemplo, vida seria concebida como a especificação do modo de ser da subsistência, o modo de ser dos entes físicos e químicos. Essa especificação seria obtida a partir de uma determinação diferenciadora, e vida poderia ser definida por uma propriedade conjuntiva: vida =_{def} subsistência + diferença específica. Numa direção oposta, poder-se-ia conceber vida como uma especificação de outro modo geral de ser: o ser-aí, o ser-no-mundo. Nesse caso, vida e existência seriam especificações de um modo geral, o ser-aí. Também aqui vida admitiria uma definição por uma propriedade conjuntiva: vida =_{def} ser-aí + diferença específica. Ao interditar essa forma de análise, Heidegger sugere que a peculiaridade do modo de ser da vida significa sua autonomia em relação a qualquer outro modo de ser. Essa autonomia, por sua vez, implica que não há relação de especificação do modo de ser da vida com algum modo mais geral de ser.

Por fim, a última sentença da citação oferece uma condição fundamental para o entendimento do sentido em que o ser-aí admite ser considerado

²⁹ HEIDEGGER, Martin, *Die Grundbegriffe der Metaphysik. Welt – Endlichkeit – Einsamkeit*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1983. p. 277 e 282.

³⁰ HEIDEGGER, Martin, *op. cit.*, 1986. p. 50.

como vida. A sentença interdita uma concepção do ser-aí (e do modo de ser da existência) como sendo uma especificação do modo de ser da vida. Se assim for, vida seria então um modo de ser geral cuja especificação por alguma característica diferenciadora resultaria no modo específico de ser: a existência. De modo similar, o modo da existência (ser-aí) também admitiria uma definição por uma propriedade conjuntiva: ser-aí =_{def} vida + característica específica. Dessa forma, o modo de ser da existência também é autônomo e não está em relação de especificação com o modo de ser da vida.

Em resumo, sendo vida e existência modos autônomos de ser, a relação que pode haver entre ambos não é de especificação. Segue-se, portanto, que a adequada consideração do ser-aí como pura vida não consiste em examinar uma relação de especificação. Considerar o ser-aí como vida não significa considerar as determinações vitais que resultam da abstração das determinações existenciais. Se a relação entre existência e vida não é de especificação, então a relação deve ser de outro tipo. Tal relação pode ser entendida como de composição. Neste caso, os fatos, eventos e acontecimentos composicionais na existência são dotados do modo de ser da vida. Conclui-se que conceber o ser-aí como pura vida significa considerar sua dimensão composicional, e não a sua dimensão constitucional. Para elucidar a relação de dependência entre esses modos de ser, torna-se necessário recuperar os resultados mais básicos de interpretação da vida orgânica, que Heidegger esboçou parcialmente nos *Conceitos Fundamentais da Metafísica*.

Dificuldades na interpretação do modo de ser da vida

Com base na interpretação de conceitos fundamentais e resultados experimentais de teorias biológicas e da zoologia, Heidegger elucidou as condições de constituição e de identidade dos entes vivos. Formulada como uma interpretação da essência da vida, a elucidação tem como foco a vida animal, chegando a resultados ontológicos básicos. O ponto de partida é o conceito de organismo. Organismos, entretanto, não são concebidos nem como unidades de órgãos, nem como feixes de pulsões. Organismos consistem em unidades de aptidões reguladas, pulsionalmente impelidas e formadoras de órgãos, que se comportam com algo no ambiente. Em tais interações comportamentais reguladas, a unidade das aptidões é conservada, formando uma identidade não reflexiva, uma estabilidade caracterizada como propriedade ou peculiaridade a si (*Eigentümlichkeit*).

O título “organismo” não é mais, então, em geral um nome para este ou aquele ente. Ao contrário, ele indica um *modo fundamental determinado de ser*. Caracterizamos sucintamente este modo de ser dizendo: *propriedade dotada de aptidões e criadora de órgãos*.³¹

³¹ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1983. p. 342.

Esse nível de análise é suplantado com um passo interpretativo adicional, relacionado com o problema da formação da unidade das aptidões. A aptidão fundamental é a capacidade para envolver-se em um ambiente, num círculo determinado de desinibições pulsionais. A organização do organismo está dada, além disso, por essa aptidão fundamental para envolver-se e abrir-se para um círculo de desinibidores de pulsões. Heidegger introduz nesse ponto o conceito de cativamento ou perturbação (*Benommenheit*), que pretende ser a apreensão da essência fundamental do organismo.³² A noção de cativamento designa um todo de seis momentos estruturais. Ela é uma noção mereológica referida a estruturas formais que perfazem as condições de constituição dos organismos vivos. Tais estruturas são concebidas como momentos de uma totalidade concreta formada por partes dependentes. Os momentos estruturais são apresentados resumidamente nos seguintes termos: 1) subtração da possibilidade de patentização de entes na estrutura do algo como algo; 2) absorção na atividade pulsional com abertura para algo diferente do organismo, mas que não pode ser concebido como ente; 3) formação de um propriedade não reflexiva a si que não se dispersa na comutação pulsional; 4) portabilidade internamente regulada de um círculo ambiental no qual o organismo pode ser afetado por algo que desinibe e comuta pulsões; 5) luta pelo círculo de desinibição na forma de preservação de si e da espécie; e 6) cativamento como condição de possibilidade de todo comportar-se concreto do organismo.³³

De modo surpreendente, contudo, Heidegger limita substantivamente o escopo e a potência desses resultados para formar uma interpretação suficiente do modo de ser da vida. Tal limitação baseia-se numa dupla autocrítica: a interpretação é incompleta e, por isso, deve ser enfraquecida com o reconhecimento de uma dificuldade mereológica fundamental. De um lado, a incompletude resulta da constatação de que a vida não é apenas organismo, mas processo vital, ou seja, mobilidade. Trata-se de uma mobilidade qualitativa formada por momentos: nascimento, maturação, herança, envelhecimento e morte. Além disso, essa mobilidade não é própria apenas dos indivíduos, mas também das espécies. No processo da mobilidade vital, tem especial importância o morrer, entendido como o acontecer da morte natural, fisiológica, não resultante de doenças, perigos ou acidentes. Desse modo, o cativamento não é uma condição estacionária, mas uma mobilidade na qual as aptidões se desdobram e definham. Na medida em que o complexo de temas do processo vital não for examinado, os resultados obtidos com a interpretação do organismo são dotados de uma validade restrita para a elucidação do modo de ser da vida.³⁴

De outro lado, os resultados que exibem o cativamento como um todo de momentos estruturais devem ser enfraquecidos. A razão disso consiste em

³² *Ibidem*, p. 374-376.

³³ *Ibidem*, p. 376-378.

³⁴ *Ibidem*, p. 385-388.

que a característica da subtração, ou seja, que os organismos estão subtraídos da possibilidade de comportar-se em seus ambientes com algo que se lhes apresente como ente, é o resultado de uma análise comparativa. Essa característica é obtida por comparação com o modo humano de comportamentos intencionais, que são dotados da estrutura do algo como algo e da compreensão de ser. Assim, a subtração da possibilidade de abertura para entes é apenas um momento de um todo estrutural, e não pode ser tomada como o princípio de unificação do todo estrutural que é o cativamento. Além disso, o próprio significado desse momento estrutural, a subtração da abertura para entes, deve ficar em suspenso enquanto não for esclarecido o fenômeno fundamental do processo da vida e da morte.³⁵

As duas restrições são robustas. No entanto, elas não aparentam ter como consequência o abandono integral dos resultados obtidos. Assim sendo, alguns aspectos da interpretação ontológica da vida orgânica e as observações sobre características do processo vital podem contribuir para analisar o modo de ser dos elementos composicionais na existência.

Existência viva

Organismos são interpretados por Heidegger como unidades de aptidões. As aptidões possuem e concedem possibilidades. Estar capacitado, estar dotado de aptidões específicas e unificadas, é a maneira de determinação dos entes vivos. De um ponto de vista ontológico, entes vivos têm uma constituição modal.

Ser organizado significa *estar capacitado*. Isto quer dizer que seu ser é poder (*Können*), a saber, poder articular-se em aptidões, isto é, em certos modos de permanecer próprio a si de maneira pulsional e a serviço de. Por sua vez, estas aptidões têm a possibilidade de fazer que delas surjam órgãos.³⁶

Nesse sentido, os elementos composicionais na existência são de constituição modal. Entes existenciais estão compostos por uma unidade de aptidões formadoras de órgãos. Na existência, a determinação constitucional é modal, do mesmo modo como o é a determinação composicional. Esses tipos de possibilidade, porém, não são subclasses de um gênero comum de modalidade.³⁷

As aptidões orgânicas não são apenas prioritárias e reguladoras da formação de órgãos, mas estão constantemente transladadas para suas metas

³⁵ *Ibidem*, p. 392-396.

³⁶ *Ibidem*, p. 342.

³⁷ *Ibidem*, p. 344.

funcionais. Estar reguladamente a serviço, no entanto, demanda uma constituição pulsional. As aptidões estão formalmente determinadas por pulsões. As pulsões são desinibidas por itens ambientais dos organismos, promovendo a interação ambiental. A dinâmica de desinibição e comutação de pulsões não obedece, entretanto, a uma mecânica, no sentido de que a presença dos itens adequadamente estimuladores teria como efeito a desinibição da pulsão. As pulsões, ao contrário, possuem uma regulação interna que antecipa a constituição formal do ambiente e dos itens que podem ser recebidos como estimuladores da desinibição de pulsões. Essa concepção, que atribui uma condição proto-intencional às pulsões, implica que as interações ambientais dos organismos ocorrem em face de itens ambientais cujas determinações são formalmente antecipadas pelas regras pulsionais internas.³⁸ A determinação pulsional das aptidões, que conduz a uma ontologia compatível com as teorias de construção de nichos,³⁹ implica que a dimensão composicional na existência está constituída por uma relacionalidade ambiental formalmente determinante do próprio ambiente. Assim sendo, a normatividade na interação intencional dos entes cujo modo de ser é a existência já está presente na dimensão composicional. Por certo, Heidegger concebe uma diferença qualitativa entre uma normatividade pulsional e a normatividade baseada na compreensão de ser.

Estar capacitado por aptidões pulsionais implica, ademais, o ser impelido por pulsões, a dinâmica na comutação de pulsões e a luta pelo envolvimento nos círculos de desinibição.⁴⁰ Dinâmica e mobilidade são determinações constitutivas no modo de ser da vida orgânica. A própria organização, que proporciona a unidade das aptidões, possui a característica de ser um acontecer. Essa concepção permite a conjectura de uma determinação histórica dos organismos.⁴¹ Ainda que em termos hipotéticos, a determinação histórica peculiar aos organismos precisaria ser identificada no plano dos indivíduos e, eventualmente, no das espécies. Heidegger deixou em aberto o problema do caráter histórico do acontecer da organização nas unidades de aptidões. No entanto, num nível formal, os elementos composicionais da existência devem ser vistos como intrinsecamente dinâmicos. Portanto, há uma mobilidade complexa na existência, pois, se na dimensão constitucional evidencia-se uma mobilidade histórica, no aspecto composicional também estaria presente a dinâmica peculiar ao processo vital.

Em relação a esse tópico, Heidegger indicou brevemente que a mobilidade vital integra nascimento, maturação, hereditariedade, envelhecimento e

³⁸ *Ibidem*, § 54. Ver também: SKOCZ, David. Wilderness: a Zoocentric Phenomenology – From Hediger to Heidegger. *Analecta Husserliana LXXXIII*, Dordrecht, p. 217-224, 2004; e REIS, Róbson. Fenomenologia zoocêntrica e normatividade. *Natureza Humana*, São Paulo, 21, p. 13-33, 2019.

³⁹ ENGELLAND, Chad, *op. cit.*

⁴⁰ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 385.

⁴¹ *Ibidem*, p. 386-387.

morte. Sem ter elucidado a constituição própria da morte orgânica, ele, não obstante, entende que a morte é um momento pertencente à essência mais interna da vida. As unidades de aptidões, interpretadas com a noção de cativamento ou perturbação (*Benommenheit*), não antecipam apenas o seu respectivo ambiente de desinibições pulsionais. Também as possibilidades do morrer, do chegar à morte, são determinadas e previamente delineadas pelas unidades orgânicas de aptidões.⁴² Assim sendo, o fenômeno existencial da morte, a possibilidade da impossibilidade, é integrante do modo de ser da existência, que constitui os entes cuja composição também é estruturalmente determinada pelo chegar à morte.

Por fim, um aspecto fundamental da dinâmica vital é sugerido por duas observações que Heidegger não desenvolveu. Como unidades pulsionais de aptidões, os organismos estão abertos para os seus respectivos círculos envoltórios de desinibição pulsional. Eles são expelidos para o encontro com desinibidores de pulsões. Esse encontro e as variações nas desinibições promovem um abalo essencial (*wesenhafte Erschütterung*) na essência dos animais.⁴³ Dessa forma, a dinâmica intrínseca às aptidões pulsionais, que leva ao envolvimento comportamental no ambiente, promove uma mudança no próprio organismo. De um lado, os organismos vivos estão mutuamente imbricados, na medida em que seus respectivos círculos de desinibição pulsional se interpenetram. Em tais interações de sobrevivência, os organismos incorporam algo da natureza nos seus respectivos círculos envoltórios. Tal dinâmica significa uma elevação (*Erhabenheit*) da natureza sobre si mesma.⁴⁴ Abalo e elevação sobre si mesmo perfazem, portanto, uma dinâmica interna à própria vida orgânica. Nesse sentido, nos existentes humanos, manifesta-se uma dinâmica complexa. Na dimensão constitucional, a mobilidade histórica está fundada na finitude, pois o colapso das identidades práticas resulta não de fatores externos, mas da própria negatividade da existência. De outro lado, na dimensão composicional, há também uma dinâmica internamente mobilizada de abalo e elevação dos organismos sobre si mesmos.

Os tópicos aqui mencionados perfazem linhas de elucidação que precisariam ser desenvolvidas mais a fundo. Salvo melhor juízo, Heidegger não retornou a esses temas ao longo de sua obra. Como indicações formais, no entanto, essas linhas são suficientes para visualizar a complexidade conceitual exigida para interpretar ontologicamente os entes cujo modo constitucional é a existência, mas cuja composição é dada pelo modo de ser da vida orgânica. Um dos problemas relevantes que se descortinam a partir dos elementos expostos é a análise das relações de dependência entre os modos composicional e constitucional.

⁴² *Ibidem*, p. 387-388.

⁴³ *Ibidem*, p. 396.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 402-403.

A dependência ontológica entre vida e existência

Respondendo a um ideólogo nacional socialista, Heidegger menciona dois significados de “fundamento”, os quais sugerem dois tipos de dependência:

Kolbenheyer não vê e não pode ver que, mesmo se, de certa maneira, a vida corporal é o fundamento de sustentação (*tragende Grund*) do ser humano e da sequência étnica de sua descendência, com isso ainda não está provado que fundamento de sustentação deva ser também o fundamento de determinação (*bestimmende Grund*), nem mesmo que possa sê-lo.⁴⁵

Seguindo o vocabulário da composição e constituição, pode-se conjecturar que fundamento de sustentação se refere aos elementos composicionais, ao passo que as condições de constituição perfazem o fundamento de determinação. Que relações de dependência vigoram entre as determinações constitutivas e as determinações composicionais de um ente que possui o modo de ser da existência?⁴⁶ Tomarei em consideração agora apenas a dependência ontológica. Um problema análogo foi examinado por McDaniël com base na tese dos dois domínios, de acordo com a qual um ente constituído por um modo de ser não pode ser numericamente idêntico a um ente constituído por outro modo de ser. Assim sendo, entes que são subsistentes não podem ser numericamente idênticos a entes disponíveis. A colher segurada por um bebê não é numericamente idêntica à fusão mereológica das partes e dos elementos físico-químicos de que é composta. Não obstante, os dois domínios estão intimamente relacionados. Um ente disponível é metafisicamente dependente de um ente subsistente, porém o disponível não é metafisicamente determinado por este último.⁴⁷ A minha sugestão consiste em analisar essas relações de acordo com os tipos de dependência ontológica, a saber, dependência existencial e dependência essencial.⁴⁸ Nesse sentido, a dependência metafísica seria mais propriamente a relação de dependência existencial, sendo a determinação metafísica uma denominação para a relação de dependência essencial.

⁴⁵ HEIDEGGER, Martin. *Sein und Wahrheit*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2001, p. 210. Sem operar com as noções de modo composicional e constitucional de ser, essa passagem foi interpretada por Engelland como uma retomada da distinção entre causa e condição. Ver: ENGELLAND, Chad. The Question of Human Animality in Heidegger. *Sophia*, Dordrecht, 57(1), p. 39-52, 2018.

⁴⁶ Na presente seção, será esboçada uma linha de problemas cuja elaboração detalhada ainda está por ser feita. Evidentemente, essa abordagem deixa de ser apenas filológica, contribuindo para o desenvolvimento do pluralismo ontológico hermenêutico do projeto da ontologia fundamental.

⁴⁷ McDANIEL, *op. cit.*, 2013. p. 353-354.

⁴⁸ Há uma abundante literatura sobre a dependência ontológica na recente metafísica analítica. A exposição que se segue está integralmente baseada nas apresentações de: TAHKO, Tuomas. *An Introduction to Metametaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 93-116; e de CORREIA, Fabrice. Ontological Dependence. *Philosophy Compass* 3/5, Reino Unido, p. 1013-1032, 2008.

A dependência existencial, por sua vez, significa que um ente não existiria caso algumas condições não estivessem satisfeitas. De acordo com a variação nessas condições, a dependência existencial pode ser especificada em diferentes tipos. A dependência existencial rígida implica que a existência de um ente x implica a existência de um ente específico y . Para existir, x necessita que exista especificamente o ente y . Usando uma notação formal, temos: DXR: $\Box (Ex \rightarrow Ey)$.⁴⁹ A dependência existencial genérica não é específica em relação a um objeto particular, pois significa que a existência de um ente x implica a existência de algum ente com uma certa determinação. Para existir, x necessita que algum y seja F . Formalmente escrito, temos: DXG: $\Box (Ex \rightarrow \exists yFy)$. Dado que certas classes de entes existem em momentos ou durante um intervalo temporal, também é possível qualificar temporalmente as relações de dependência existencial em termos de necessitação existencial permanente ou de necessitação passada. No primeiro caso, um ente x não pode existir num certo momento t a não ser que outro ente y exista nesse mesmo momento. Na necessitação existencial passada, um ente x não pode existir num certo momento t a não ser que outro ente y tenha existido num outro momento anterior a t .

A dependência essencial, por seu turno, é a relação de dependência em que um ente não teria a identidade (natureza ou essência) que possui caso certas condições não estivessem satisfeitas. Do mesmo modo, variações nessas condições implicam tipos de dependência essencial. Não é preciso examinar agora a discussão em torno do conceito de essência que é requerido para formular a noção de dependência essencial. Para o meu objetivo, é suficiente ter presente a noção de dependência essencial constitutiva, segundo a qual um ente x é ontologicamente dependente de um ente y apenas no caso em que y é um constituinte na essência de x . Assim como na dependência existencial, distingue-se uma dependência essencial rígida, em que é parte da essência de x o fato de que x exista somente se y existe, e a dependência essencial genérica, na qual é parte da essência de x o fato de que x exista somente se algum ente com uma certa determinação exista. Usando a notação formal, chegamos a: DSR: $\Box_x (Ex \rightarrow Ey)$ e DSG: $\Box_x (Ex \rightarrow \exists yFy)$.⁵⁰

A partir dessas noções, o resultado da análise de McDaniel seria que a existência de um ente disponível é genérica e permanentemente dependente da existência de entes subsistentes. Por exemplo, para existir em um momento do tempo, uma colher depende de que alguma molécula ou fusão mereológica de partes materiais existam nesse mesmo momento. Há,

⁴⁹ De acordo com a notação usual, " $\Box$ " expressa modalidade metafísica; " E ", um predicado monádico para existência (em sentido usual, e não na acepção de Heidegger); e " $\rightarrow$ ", implicação material.

⁵⁰ De acordo com a notação usual na literatura, o operador " $\Box_x$ " é lido como "é parte da essência/identidade/natureza de x que...".

portanto, uma dependência existencial genérica e permanente dos entes disponíveis em relação aos subsistentes. Contudo, em relação às condições de constituição, não haveria dependência essencial entre esses entes, ou seja, os constituintes da identidade de entes disponíveis não integram os constituintes da identidade de entes subsistentes. Para ser mais exato, na constituição da identidade de entes disponíveis, a remissão aos materiais é uma determinação integrada às remissões ao usuário, ao subsistema de utensílios e à meta funcional correspondente. Ser dotado de propriedades subsistentes, como aquelas dos entes físico-químicos, não é um constituinte da identidade de entes disponíveis.

Dado que a relação de composição é uma relação de dependência ontológica, quando se considera que os entes dotados do modo de ser da existência estão compostos por elementos dotados do modo de ser da vida, então é manifesto que há relações de dependência em jogo. A minha conjectura, que não será suficientemente justificada aqui, sugere que há uma dependência existencial genérica e permanente dos entes que são ser-aí em relação aos componentes dotados do modo de ser da vida. Entes que são ser-aí necessitam para existir que algum organismo exista. Sendo mais específico, é necessário que exista algum organismo do gênero *homo*. Com isso, fica preservado o reconhecimento por parte de Heidegger de que há também um ser-aí primitivo e infantil.⁵¹ Além disso, a dependência existencial seria permanente, pois é preciso que algum organismo do gênero *homo* esteja vivo em cada momento em que um ser-aí existe. Seja *ds* um ente que é ser-aí, e *H*, a propriedade de pertencer ao gênero *homo*, então a relação de dependência existencial, genérica e permanente de um ente que é ser-aí em relação aos seus componentes orgânicos pode ser expressa da seguinte maneira: $\Box V_t (E^e_t ds \rightarrow \exists^v y H_t y)$.⁵²

Aparentemente, não haveria dependência essencial entre entes com o modo de ser da existência e seus respectivos componentes orgânicos. Considerando que o modo de ser constituinte estabelece quais são as determinações integrantes da essência constitutiva de um ente, e dado que, no caso dos entes que são ser-aí, o modo constitucional é diferente do modo composicional, então nenhuma determinação do modo de ser da vida seria integrante da constituição existencial. Por conseguinte, não há dependência essencial de identidade dos entes que são ser-aí em relação às determinações dos seus elementos componentes orgânicos.

No entanto, essa análise precisaria ser corroborada num plano não formal, ou seja, considerando em particular as relações de dependência

⁵¹ HEIDEGGER, op. cit., 1986, p. 50-51, 81-82, 415 e HEIDEGGER, Martin. *Einleitung in die Philosophie*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1996, p. 123-126.

⁵² E^e significa o existir específico do modo de ser da existência, assim como o quantificador existencial restringido $\exists^v$ significa a quantificação no modo de ser da vida. Sobre os modos de ser como quantificadores existenciais restringidos, ver: McDANIEL, op. cit., 2009, p. 290-319.

entre determinações constituintes dos dois modos de ser. Por exemplo, a individuação histórica na existência (formação de um si mesmo próprio a partir do colapso da identidade prática e retomada de uma herança de possibilidades) é incompatível com a individuação orgânica (propriedade própria a si na comutação pulsional)? Além disso, a normatividade da intencionalidade baseada em compreensão de ser é incompatível com a normatividade baseada na regulação pulsional das aptidões? A constituição ambiental antecipada nas regras pulsionais é incompatível com a formação de contextos intencionais com base na compreensão de ser? A mobilidade do processo vital, com a dinâmica orientada para o morrer, condiciona a mobilidade histórica da existência? O abalo essencial nas trocas ambientais dos organismos teria alguma relação com os fenômenos disruptivos na existência, testemunhados pela angústia e pelo tédio? É certo, porém, que, no pluralismo ontológico esboçado por Heidegger, o modo de ser da existência é diferente do modo de ser da vida, sendo as determinações elencadas pensadas como incompatíveis no âmbito da constituição. Entretanto, também o pluralismo ontológico admite variações que podem implicar qualificações na relação de dependência essencial da existência em relação à vida. A seguir, examinarei o problema da dependência epistêmica da vida em relação à existência.

A hipótese da dependência epistêmica da vida em relação à existência

Referindo-se à justificação da validade da regra geral de que um objeto deve ser levado às melhores condições de sua observacionalidade, Heidegger sustenta que tal regra deriva de uma conexão essencial original:

De acordo com essa regra, o *conteúdo objetivo* (*Sachgehalt*) e o *modo de ser* de um ente *prescrevem* a *possível abertura* (*Offenbarkeit*) que *lhe pertence*. Segundo o conteúdo objetivo e o modo de ser, as diferentes regiões e as coisas individuais essentes sempre estão em conexão com um tipo determinado de verdade, de desocultamento. Esta abertura, que advém a cada ente de acordo com o seu conteúdo objetivo e seu modo de ser, prefigura por sua vez as *maneiras de acesso* em cada caso determinadas, possíveis e adequadas *ao próprio ente a ser apreendido*. Através dos respectivos modos de verdade entrelaçados com o ser são traçados o caminho, a possibilidade e o meio de apropriação do ente ou de seu rechaço, da posse do ente ou de sua perda.⁵³

Os modos de ser correspondem, portanto, a modos de patência e abertura dos entes. Tais modos de desocultamento, por seu lado, são determinantes das maneiras de acesso ao ente a ser apreendido. As diferentes maneiras de

⁵³ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1983. p. 135.

abertura, além disso, têm um estatuto normativo, pois as vias de acesso aos entes podem ser adequadas para a apreensão correta dos entes. Segundo o modo de ser, delineiam-se as formas de acesso e apreensão dos entes. Portanto, o modo de ser é epistemicamente determinante.

Nesse sentido, além das relações de dependência ontológica, também vigoram relações de dependência epistêmica entre entes com modos de ser diferentes. Mais exatamente, a cognição de um determinado tipo de ente e de seu modo de ser pode ser dependente da cognição de outro tipo de ente, dotado de outro modo de ser. Precisamente esta é a situação no caso em que a composição de determinado ente estiver formada por entes com outro modo de ser. Além disso, a direção da dependência epistêmica não precisa ser a mesma direção que vigora na dependência ontológica. Tal situação é exemplificada nas relações de dependência entre entes disponíveis e entes subsistentes. Uma colher, por exemplo, está composta por elementos que têm o modo de ser da subsistência. Há uma dependência existencial, mas não essencial, da colher em relação a suas partes físicas e químicas. No entanto, a direção da dependência epistêmica é a inversa. Segundo Heidegger, a cognição dos entes subsistentes acontece a partir das ocupações com os entes disponíveis, tendo por base as modificações na compreensão de ser e nos comportamentos intencionais correspondentes.⁵⁴ Com o acesso aos entes que compõem os entes utensiliars, abre-se a possibilidade de tematização de suas respectivas determinações físico-químicas, inaugurando a tematização e o acesso a entes que possuem o modo de ser da subsistência. Entes utensiliars são ontologicamente dependentes dos entes subsistentes, mas estes últimos são epistemicamente dependentes dos primeiros.

Nesse marco teórico, a tese de que a vida seria epistemicamente dependente da existência é fortemente sugerida por três declarações de *Ser e Tempo*:

Na ordem de sua possível apreensão e interpretação, a Biologia como “ciência da vida” se funda na ontologia do ser-aí, embora não exclusivamente nela. Vida é um modo peculiar de ser, mas essencialmente só acessível no ser-aí. A ontologia da vida se efetua pelo caminho de uma interpretação privativa.⁵⁵

De acordo com a abordagem existencial da ciência, nos conceitos fundamentais das teorias científicas estão presentes compromissos ontológicos referentes às condições de identidade dos objetos do domínio de referência de cada teoria. A elaboração metódica de tais compromissos resulta na ontologia do domínio. A declaração de que a Biologia está fundada na ontologia do ser-aí (ontologia da existência) aparenta ser artificial, pois o domínio de referência não é o dos entes que são ser-aí, mas o de animais e plantas. Seria natural entender que o fator adicional nos fundamentos da Biologia fosse exatamente uma ontologia da vida.

⁵⁴ Ver: McDANIEL, *op. cit.*, 2013. p. 354.

⁵⁵ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1986. p. 49-50.

Essa dificuldade poderia ser resolvida considerando uma dependência intermediária, a de que a ontologia da vida seria condicionada pela ontologia da existência. A elaboração teórica do modo de ser da vida seria dependente da elaboração teórica do modo de ser da existência. Desse modo, a interpretação privativa, como operação metodológica da ontologia da vida, é o campo para evidenciar essa dependência específica. Isso seria o caso, na hipótese de que a interpretação privativa fosse uma operação de abstração. Dada a equação *ser-aí = vida + diferença específica*, a interpretação privativa seria expressa da seguinte maneira: *vida = ser-aí — diferença específica*. Se a interpretação privativa fosse essa abstração, estaria claro no que consiste a dependência da ontologia da vida em relação à ontologia do ser-aí e, por fim, a dependência epistêmica da vida em relação à existência. No entanto, essa análise é interdita, porque supõe que vida e existência são gêneros e espécies acidentais.⁵⁶ Contrariamente, segundo Heidegger, não há dependência de generalidade accidental entre vida e existência. Por conseguinte, a interpretação privativa não é uma abstração de uma determinação diferenciadora.⁵⁷

A solução da dificuldade parece estar implícita na afirmação de que a vida, como um modo de ser autônomo, é acessível somente no ser-aí. Antes de qualquer tematização teórica, seja na Biologia ou na ontologia da vida, o acesso ao modo de ser da vida está dado apenas e essencialmente no ser-aí. Essa seria a operação propriamente fenomenológica, pois estabelece uma relação de dependência a partir do exame do contexto de doação e acessibilidade de um fenômeno. Contudo, também essa hipótese oferece dificuldades.

Num sentido trivial, vida, assim como qualquer outro modo de ser, é acessível no ser-aí. Dado que o ser-aí possui compreensão de ser, e posto que os modos de ser estão dados na compreensão de ser, é analítico que a vida somente é acessível no ser-aí. Num sentido não trivial, contudo, a acessibilidade do modo de ser da vida está sendo determinada por referência ao contexto intencional de encontro com entes vivos. Aqui, a tese aparenta ser bastante pouco plausível. Seria natural esperar que o modo de ser da vida fosse acessível nos contextos de interação intencional com animais e plantas. No entanto, Heidegger sugere que o modo de ser da vida está acessível no contexto das relações intencionais com entes que são ser-aí.⁵⁸ A acessibilida-

⁵⁶ Sobre os tipos de generalidade, ver: FORD, Anton. Action and Generality. In: FORD, A.; HORNSBY, J.; STOUTLAND, F. (Orgs.) *Essays on Anscombe's "Intention"*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 76-104.

⁵⁷ RÓBSON, Reis. A interpretação privativa da vida e a relação circular entre biologia e ontologia. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, 22(31), p. 423, 2010.

⁵⁸ A concepção de que a animalidade em geral é conhecida a partir da maneira como os humanos são animais foi brevemente mencionada por Engelland (2018, p. 46). Ela é ainda um dos principais focos das objeções de PLESSENER, Helmuth: *Die Stufen des Organischen und der Menschen. Einleitung in die philosophische Anthropologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003. p. 12 e 20-21.

de à vida acontece nos comportamentos em relação a entes que têm a vida como modo composicional de ser dos elementos de que são compostos. A relação consigo mesmo e a relação com outras pessoas, que também têm a vida como modo composicional, formam o contexto de doação do modo de ser da vida. Assim entendida, a tese assume um significado não trivial, de acordo com o qual o acesso à vida como modo composicional condicionaria o acesso ao modo de ser da pura vida, isto é, da vida como modo constitucional de animais e plantas.

Em resumo, para estabelecer a dependência epistêmica da vida em relação à existência, é preciso justificar três alegações: o acompanhamento intencional nas interações com animais e plantas depende da compreensão da pura vida; a compreensão da pura vida, a vida como modo constitucional de animais e plantas, supõe a compreensão da vida como modo composicional na existência; e a compreensão da vida como modo composicional depende da acessibilidade da vida orgânica nos entes que são constituídos como ser-aí e existência. Para concluir, abordarei a seguir o tema da manifestação da vida orgânica na existência.

O anúncio da vida na existência: observações programáticas.

Depois de interpretar a vida de animais e plantas como um modo autônomo de ser, Heidegger descreve os comportamentos na cotidianidade da existência humana como dotados de uma notável indiferenciação. Os correlatos dos comportamentos, incluindo animais, plantas e o próprio agente intencional, estão manifestos como subsistentes no sentido mais amplo, ou seja, são patentes com a homogeneidade nivelada dos entes simplesmente subsistentes. Na cotidianidade se assume, portanto, diferentes atitudes e comportamentos em relação aos entes, mas não de acordo com as relações fundamentais que correspondem aos diferentes modos de ser. Não obstante, ele também declarou que é possível despertar na cotidianidade as relações fundamentais do ser-aí humano que correspondam aos diferentes modos de ser.⁵⁹

Nesse sentido, qual pode ser a relação fundamental que corresponda à maneira adequada de manifestação do modo de ser composicional dos entes humanos? Qual é a atitude que corresponde à manifestação de um ente constituído como existência, mas cuja composição é formada por entes com o modo de ser da vida orgânica? Mais precisamente, qual é a relação fundamental que corresponde à manifestação do modo de ser composi-

⁵⁹ HEIDEGGER, *op. cit.*, 1983. p. 338-400.

cional na existência humana? Note-se que não se trata do comportamento intencional adequado ao mostrar-se da existência, mas sim ao manifestar-se dos elementos composicionais dotados do modo de ser da vida.

Uma sugestão por analogia é obtida da análise das ocupações cotidianas com utensílios. Uma das três formas de interrupção nas lidas funcionais, o chamar a atenção (*Auffälligkeit*), caracteriza-se por encontrar intencionalmente o utensílio como danificado. O material de que é composto manifesta-se como inapropriado. Esse tipo de perturbação é especificamente relacionado com a composição do utensílio. Nesse caso, a pura subsistência anuncia-se no utensílio, em meio à dinâmica da ocupação, para retrair-se novamente, na medida em que o utensílio é tratado como o que deve ser consertado ou trocado. Nas formas de disrupção nas ocupações competentes, torna-se saliente a subsistência vinculada à disponibilidade.⁶⁰ Tem-se, portanto, uma dinâmica em que o modo composicional e o modo constitucional tornam-se explícitos na unidade de composição e constituição.

De forma análoga, deve-se identificar as modificações na relação projetiva existencial em que se anunciam os elementos componentes e o modo de ser da vida. Também nesse caso não se trataria de uma abordagem que tematizasse a pura vida na existência, mas sim a saliência da vida ligada à existência. Dado o conceito de organismo como propriedade a si dotada de aptidões formadoras de órgãos, tem-se a sugestão de buscar a manifestação da vida nas diferentes maneiras em que acontece a inaptidão orgânica. As incapacidades resultantes de ferimentos, envelhecimento e enfermidade são formas disruptivas do existir cotidiano que podem promover a saliência da vida. Contudo, eventualmente a dor e outros processos fisiológicos, como o sono e o desenvolvimento, também poderiam ser examinados sob essa perspectiva fenomenológica. A morte de outras pessoas também tem esse potencial, na medida em que, segundo Heidegger, o cadáver não é uma simples coisa subsistente ou algo para cuidados fúnebres, mas um não mais vivente (*Unlebendiges*). O finado é um existente que perdeu a vida. É importante ressaltar que em nenhum dos casos de inaptidão na existência haveria a emergência de um análogo do utensílio danificado. O que se anuncia é outro modo de ser: a vida orgânica em sua dinâmica.

Esses casos integram um programa fenomenológico de exame da dinâmica de modos de ser, em particular de manifestação da vida, como modo composicional, na existência. Conjectura-se que, em tais casos, se possa elucidar as mudanças nas condições metanormativas de identidade (os modos de ser), na extensão em que os modos composicional e constitucional tornam-se perspicuos e em unidade. O processo vital (organismos tornando-se aptos e inaptos) emerge na existência também para retornar à não saliência do modo composicional e à codeterminação dos fenômenos intermediários.

⁶⁰ *Idem, op. cit.*, 1986. p. 73-74.

Deve-se ressaltar, entretanto, que esse programa fenomenológico orientado para a tematização da dinâmica nos modos de ser não será adequado caso não integre a elucidação do sentimento existencial que torna possível o acesso à vida na existência. Um candidato importante é o sentimento de estar vivo, que tem sido elucidado como uma das formas mais básicas de abertura pré-intencional da vida orgânica na existência intencional.⁶¹ De outro lado, é tentador propor uma variante do sentimento de estranhamento, caracterizado pela sintonia com elementos que, sendo composicionais, são condicionantes da existência, apesar de possuírem um outro modo de ser. O estranhamento que pode aparecer nos fenômenos de inaptidão orgânica tem o sentido de um desterro, de uma pertinência à vida que compõe sem constituir a existência.⁶²

Apesar de programáticas, essas observações finais permitem ressaltar a conclusão de que uma fenomenologia orientada para as formas de ruptura existencial não possui uma direção exclusivamente voltada para as estruturas da experiência da emergência da vida na existência. O seu alcance chega a problemas básicos no pluralismo ontológico, como, por exemplo, o da relação dinâmica entre modos de ser composicional e constitucional. Contudo, o alcance de uma abordagem formal é limitado pela exigência de considerar os casos particulares da dinâmica nos modos composicional e constitucional nos seres humanos. Num nível mais geral, conclui-se que unidade dos modos de ser da vida e da existência deve ser elucidada em termos de uma totalidade dinâmica, formada por modos de ser intrinsecamente dinâmicos.

Endereço do Autor:

Av. Roraima, 1000 - Prédio 74 A - sala 2354
Campus Camobi
Santa Maria - RS
robsonramosdosreis@gmail.com

⁶¹ FUCHS, T. The Feeling of Being Alive. Organic Foundations of Self-Awareness. In: FIN-GERHUT, Joerg; MARIENBERG, Sabine. *Feelings of Being Alive*. Berlim: De Gruyter, 2012. p. 150-164. SLABY, Jan; STEPHAN, Achim. Affective intentionality and self-consciousness. *Consciousness and Cognition*, Nova York, 17, p. 506-513, 2008.

⁶² WARSOP, Andrew. The Ill Body and das Unheimliche (the Uncanny). *Journal of Medicine and Philosophy*, New York, 36, p. 484-495, 2011.